

Devedor quer maior esforço de credores

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON — Aos países devedores não bastam os anéis. Eles também querem os dedos. O relatório final do Grupo dos 24 (G-24) — formado por funcionários da área econômica de nações do Terceiro Mundo para defender seus interesses em questões relativas à situação financeira internacional — apresentado ao fim do segundo dia do encontro semi-anual do FMI, elogia o plano Brady para a redução da dívida externa. Mas indica claramente que os devedores pretendem que, no seu detalhamento, haja muito mais coisas incluídas do que supõe a vã imaginação dos países industrializados — os principais responsáveis, até agora, pela formulação das novas propostas.

Ninguém discorda da necessidade de uma estratégia global para a redução da dívida e de seus serviços. Mas o G-24 acha que, no caminho destes objetivos, existem obstáculos que só podem ser removidos se o mesmo tipo de exigência sobre reajustes econômicos que se faz aos devedores para ganharem acesso aos mecanismos de redução até agora apresentados, também forem estendidos aos credores.

“O G-24 urge os países industrializados a não se basearem em instrumentos de políticas monetárias recessivas, e sim empregarem políticas fiscais e estruturais apropriadas que conduzam ao crescimento sustentado, estabilidade de preços e taxas de juros mais baixas”, diz o relatório, ecoando o sentimento de que as atuais políticas monetárias em debate em meios governamentais dos credores, em especial nos Estados Unidos, podem prejudicar os objetivos de redução da carga do débito externo do Terceiro Mundo. O caso americano é o mais exemplar e, certamente, o que mais assombra as perspectivas dos credores.

Remédio — Diante de uma inflação que insiste em dar sinais de vida e de um déficit público assustador, o governo dos Estados Unidos



Países do 3º Mundo debatem dívida no Grupo dos 24

tem se entregue a uma discussão interna sobre a necessidade de impor medidas recessivas na sua economia, que incluíam a retração do crédito ao consumidor através da elevação das taxas de juros. Políticas como esta, que aumentaria a carga do serviço da dívida externa, preocupam os devedores e, por isso, seu relatório insinua, discretamente, que os países industrializados, se quiserem obter sucesso na redução da dívida, devem se submeter ao mesmo remédio que eles prescrevem aos devedores: a monitoração de suas economias pelo FMI.

“O G-24 considera importante que os relatórios preparados pelo Fundo e Banco Mundial para o encontro do Comitê de Desenvolvimento do FMI em setembro, incluam uma análise detalhada de ajuste econômico nos países industrializados e seus efeitos em ajustes nos países em desenvolvimento”, recomenda o relatório. Na lista destes ajustes a serem feitos pelos ricos — necessários, de acordo com o relatório, para garantir reformas que visem o crescimento econômico — estão uma série de instrumentos que, ironicamente, os credores pedem dos devedores, como por exemplo uma política cambial mais controlada e uma política comercial mais liberal, que elimine barreiras à importação de produtos do Terceiro Mundo e subsídios governamentais às suas indústrias, “para permitir um crescimento do volume

de dinheiro captado em exportações pelos países em desenvolvimento.

Recomendação — O G-24 endossa a estratégia de redução da dívida baseada em mecanismos já oferecidos pelo mercado — como por exemplo o mercado secundário, onde papéis da dívida já são vendidos com desconto. Mas reclama que ela pode ser inibida porque, além das obrigações contratuais que impedem os devedores e bancos de participarem neste tipo de atividade, os credores precisam reformular incentivos fiscais e legais para encorajar a participação de instituições financeiras privadas no plano, de modo a garantir também que a contínua necessidade de fluxo de capitais dos países endividados não seja prejudicada.

Nesse sentido, recomendam ainda que os credores estudem a possibilidade de designar um maior montante de capital — além dos US\$ 25 bilhões já alocados no Fundo e no Banco Mundial para a redução da dívida — para atingir de forma ainda mais rápida seus objetivos. Sugerem que este aumento seja feito através do volume de quotas que são destinadas ao Fundo, até para não prejudicar a necessidade dos devedores de recorrerem àquela instituição e ao Banco Mundial para conseguirem empréstimos para programas que não sejam necessariamente o de recompra de seus papéis de dívida com desconto.

Washington/Reuter